

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 557 - Brasília, sexta-feira, 3 de outubro de 1997



Na companhia do relator Osmar Dias (à sua esquerda), ACM vai à Câmara, onde entrega a Michel Temer o projeto que acaba com o IPC

## ACM entrega a Temer o projeto que extingue IPC

*Presidente do Senado elogia espírito público dos relatores Osmar Dias, Beni Veras e Nabor Júnior e manifesta esperança de que os congressistas rejeitem manutenção de privilégios para os juízes*

**Amin e Levy  
criticam os  
juros altos**

PÁGINA 6

**Emília e Lucena  
defendem estados**

As dificuldades financeiras de estados e municípios foram lembradas por Emília Fernandes e Humberto Lucena. A questão será debatida na CCJ e na CAE. Página 3

### O coral na biblioteca

O Coral do Senado (foto) garantiu ontem o sucesso de mais uma edição do projeto Quintas Culturais, promovido pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. O repertório incluiu *Suíte dos Pescadores* e *Menestrel das Alagoas*. O Quintas Culturais contou com a participação do conjunto Wedding String Quartet.



O projeto de lei que extingue o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas), aprovado quarta-feira em plenário, foi entregue ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

ACM destacou a imparcialidade dos senadores, que colocaram a aposentadoria dos parlamentares em condições de igualdade com a dos demais servidores públicos. Ele também manifestou esperança de que os congressistas rejeitem a manutenção de privilégios para os juízes.

Relator do projeto de extinção do IPC na CAE, o senador Osmar Dias afirmou ontem que foi de iniciativa dos relatores, inclusive ele, a emenda que introduziu o redutor de até 30% nas aposentadorias dos parlamentares. Página 5



O senador Joel de Holanda presidiu ontem a reunião da Comissão de Educação do Senado

## Comissão aprova escola do Ministério Público

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Joel de Holanda (PFL-PE), aprovou ontem parecer favorável a um projeto oriundo da Câmara dos Deputados, resultante de iniciativa do procurador-geral da República, que cria a Escola Superior do Ministério Público da União, com sede em Brasília. A matéria será submetida ainda à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir ao plenário.

De acordo com o relator do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), entre os objetivos da escola estão a iniciação dos novos integrantes do Ministério Público da

União (MPU) no desempenho de suas funções institucionais e o aperfeiçoamento e atualização da capacitação técnico-profissional dos seus servidores. A escola terá natureza jurídica de órgão autônomo e será diretamente vinculada ao procurador-geral.

Conforme a proposição, já aprovada pela Câmara dos Deputados, a escola deverá promover cursos, seminários e outras modalidades de estudo, assim como celebrar convênios com os ministérios públicos dos estados, com órgãos congêneres da administração pública e com outras instituições de ensino.

- A criação da Escola Super-

rior do Ministério Público afigura-se como medida salutar, pois permitirá o constante aperfeiçoamento de seus profissionais, assim como o desenvolvimento do ensino e da pesquisa na área jurídica, contribuindo para que seja reconhecido e valorizado o papel constitucional do próprio Ministério Público - destaca o relator.

O senador Lúcio Alcântara explicou que o projeto "procura dotar a escola de uma estrutura organizacional compacta e eficiente, atendendo às demandas sociais por uma nova concepção de administração pública".

## Especialistas participam de debate sobre educação

A Comissão de Educação do Senado acolheu ontem sugestões da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) referentes a temas e nomes de expositores que deverão participar de painel sobre educação.

São os seguintes os temas e expositores: "Educação Fundamental e Infantil", profª Lizete Regina Gomes Arcalo, da USP; "Educação Média e

Profissional", profª Acácia Kuenzer, da UFPR; "Educação Superior e Formação de Educadores", prof. Norberto Etges, da UFSC; "Autonomia Universitária", reitora da UFRGS, Wraña Panizzi; e "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)", profª Sofia Lerche Vieira, da UFCE.

## Uruguaia fará manobra militar com o Brasil

O plenário aprovou ontem projeto de decreto legislativo que autoriza forças militares do Uruguaia a participarem, no Brasil, de exercício com tropas brasileiras, neste último trimestre. O ministro do Exército, general

Zenildo Gonzaga de Lucena, ponderou que tais manobras são necessárias, inclusive porque o Brasil tem aumentado sua participação em missões de manutenção de paz promovidas pelas Nações Unidas.

### JORNAL DO SENADO

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães  
**1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Mariso  
**1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio  
**3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
 Joel de Holanda - Mariuço Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Sec. de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

**Repórteres da Agência Senado** - Alessandra Rocha, Anoushe Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza, Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suely Bastos e Teresa Cardoso  
**Diagramação** - Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro  
**Revisão** - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

**Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211  
**Fax:** (061) 311-3137 - Brasília - DF

**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHO

#### Segunda-feira (06.10.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado  
 Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar os nove anos de criação do estado do Tocantins  
 Orador: João Rocha

#### Terça-feira (07.10.97)

#### 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; apreciação do "PLC nº 16/96, que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria; votação em turno único do "PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 119/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2,9 milhões, no âmbito do programa Pró-Saneamento; e do "Projeto de Resolução nº 120/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a prestar garantia em operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,7 milhões, destinando-se os recursos ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais

#### Quarta-feira (08.10.97)

#### 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Terceiro e último dia de discussão do sistema de previdência social e estabelece normas de transição; discussão do "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas, estado de São Paulo, do "PLS nº 175/97, que dispõe sobre o endosso de cheques; e do "PLS nº 176/97, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada

#### Quinta-feira (09.10.97)

#### 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear o 20º aniversário da criação do estado de Mato Grosso do Sul  
 Orador: Ramez Tebet

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão do "PLC nº 43/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados; "Projeto de Resolução nº 116/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,9 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé, Rio Grande do Sul; "Projeto de Resolução nº 121/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 11,8 milhões.

*Para senador, foram as perdas decorrentes da Lei Kandir que colocaram as unidades federativas em "condições desesperadoras"*

## Lucena quer reforma fiscal que fortaleça os estados

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) defendeu ontem a urgência de uma política tributária planejada, que diminua o volume dos encargos enfrentados pelos empresários brasileiros, e alertou para a necessidade de reformular a linha atual do governo federal de "garroteamento econômico-financeiro dos estados". Na sua opinião, se o governo continuar inviabilizando a economia dos estados, "não se terá estabilização de forma sustentada e duradoura neste país".

Lucena responsabilizou o Poder Executivo pela situação financeira precária dos estados, em particular os do Norte e do Nordeste. Segundo ele, ao contrário do que muitos argumentam, não foram as concessões de incentivos e as isenções fiscais que colocaram os estados em "condições desesperadoras", mas as perdas decorrentes da Lei Kandir, que acabou com a cobrança do ICMS sobre as exportações.

De acordo com o senador, estavam previstos, para o estado da Paraíba, neste ano, investimentos da ordem de R\$



Lucena contra "garroteamento"

155 milhões; no entanto, apenas R\$ 94 milhões foram efetivamente aplicados, 40% a menos. Além disso, destacou Lucena, esse estado perdeu R\$ 70 milhões por conta da Lei Kandir e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), totalizando R\$ 220 milhões em recursos "drenados" do estado para a União.

Outra questão discutida pelo senador diz respeito ao tratamento que tem sido dado à chamada "guerra fiscal" entre estados, para atrair grandes empresas. Lucena argumentou que essas unidades federativas, necessitando ampliar suas bases econômicas, não têm tido

outra alternativa.

Ele acredita que essa política de incentivos pode beneficiar os estados, sobretudo aumentando a oferta de empregos. Na Paraíba, segundo informou, 21 mil novos empregos deverão ser criados com a instalação de 40 indústrias nacionais e estrangeiras - um investimento de R\$ 1 bilhão.

Em aparte, Nabor Júnior (PMDB-AC) considerou como "descaso e falta de boa vontade" a decisão do governo federal de reduzir investimentos nos estados. Ele enfatizou que a situação deficitária das regiões Norte e Nordeste tem sido agravada pela "política de inversão de valores" do Executivo, "que tira dos estados mais pobres para dar aos mais ricos".

Na opinião de Jefferson Pêres (PSDB-AM), "a culpa é do Congresso que não faz nada para acabar com a 'guerra fiscal' entre os estados". Ramez Tebet (PMDB-MS) concorda que a discussão tributária tem sido adiada e entende que a sociedade espera pronunciação do governo sobre essa questão.

## Situação de municípios preocupa Emília

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) apelou ontem aos senadores para que compareçam à reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevista para terça-feira (dia 7), a fim de debater com a maior profundidade possível as medidas fiscais do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) e da Lei Kandir. Ela disse que somente mediante uma discussão mais ampla sobre o assunto a sociedade poderá entender as dificuldades financeiras dos municípios.

Emília Fernandes lembrou que, por sugestão da banca da gaúcha, a CCJ promoverá na terça-feira audiência pública para ouvir o presidente da Frente Nacional dos

Prefeitos, Clovis Assman; o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont; e o presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, Paulo Zulkoski.

— Embora o empobrecimento dos municípios gaúchos reflita a péssima situação eco-



Emília: município de cofre vazio

nômica do país, o ideal seria que prefeitos e vereadores de todo o Brasil também pudessem participar dos debates - frisou.

Por queda de arrecadação por parte das prefeituras brasileiras, na opinião da senadora, não acontece por acaso. Conforme ela, o problema decorre da centralização dos recursos pelo governo federal, que não distribui praticamente nada dos tributos arrecadados.

A senadora Emília Fernandes informou que hoje, no Rio Grande do Sul, prefeitos e vereadores de várias regiões do estado promoverão uma grande manifestação em protesto pela falta de recursos de seus municípios.



Serra presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

## Serra: governo garante mandar ajustes à CAE

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Serra (PSDB-SP), recebeu do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, a informação de que o governo compromete-se a enviar à CAE, dentro das próximas três semanas, os projetos de consolidação das dívidas

dos estados de Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso, Bahia e Espírito Santo.

O governo comprometeu-se também a enviar, em seguida, os projetos de consolidação das dívidas dos estados do Pará, Amazonas, Pernambuco e Maranhão.

## Na quinta, debate sobre novas regras para o endividamento

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Serra, marcou para a próxima quinta-feira (dia 9) reunião destinada ao debate do projeto de resolução de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

O relator da matéria, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), entregou à CAE seu parecer, concluindo por um substitu-

tivo. Ele informou ter incorporado ao texto sugestões de diversos senadores, do Banco Central, do Ministério da Fazenda e da CPI dos Precatórios.

Entre as diversas alterações propostas, o relator modificou os limites de endividamento, que passam a ser o saldo global das operações igual a uma receita líquida real anual, e o dispêndio anual máximo igual a 13% da receita líquida real. Essa mudança visa sintonizar as restrições ao endividamento impostas pelo Senado e as contidas no programa de ajuste fiscal patrocinado pela União.

*"Com sua capacidade e sensibilidade artística, ele retratou muito bem as coisas de nossa terra", disse o senador baiano Waldeck Ornelas sobre a obra do artista plástico e ilustrador*

## Senadores lamentam morte de Carybé

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) solicitando a inserção em ata de voto de profundo pesar e a apresentação de condolências à família e ao estado da Bahia pela morte do artista plástico Héctor Bernabó, o Carybé, aos 86

anos, ocorrida na quarta-feira, em Salvador. Também assinaram o requerimento os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), Josaphat Marinho (PFL-BA) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

No encaminhamento da votação, Waldeck Ornelas afirmou que Carybé, "com sua

capacidade e sensibilidade artística, retratou muito bem as coisas de nossa terra". Na opinião do senador, o artista plástico, que morava em Salvador desde 1949, conseguiu captar o conteúdo das tradições africanas que a Bahia absorveu em sua cultura.

- Uma obra se destaca na

carreira de Carybé: a iconografia dos deuses africanos no candômbé baiano, o que resgatou para a posteridade o acervo da cultura negra na Bahia - frisou o senador, ao lembrar que o artista plástico foi um grande ilustrador das obras de Jorge Amado.



Lauro: mais legitimidade

## Lauro quer suplentes via eleição

Com o propósito de fortalecer o processo de moralização e reafirmação do Poder Legislativo, particularmente do Senado, como argumentou, Lauro Campos (PT-DF) apresentou ontem proposta de emenda constitucional estabelecendo que as suplências de senadores titulares sejam ocupadas pelos candidatos que, no mesmo pleito, não tenham sido eleitos senadores.

- Um dos motivos pelos quais o Senado pode ser objeto de censura, perdendo parte de sua legitimidade, se deve ao fato de, a cada dia, aumentar o número de senadores suplentes, que deveriam assumir os cargos em igualdade de condições com os demais - disse.

Conforme a proposta de Lauro Campos, o candidato ao Senado mais votado e não eleito, independentemente de partido, seria o 1º suplente, e assim sucessivamente.

Outro projeto apresentado pelo senador prevê que juizes e promotores aposentados poderiam exercer funções dentro do sistema penitenciário na carreira de defensoria pública, podendo auferir remuneração correspondente ao de início dessa carreira.

O senador também registrou sua satisfação com a notícia de que o economista Milton Friedman, "mestre desses neoliberais que andam por aí", defendeu, na última reunião do FMI, em Hong Kong, a extinção pura e simples do FMI e do Banco Mundial. Lauro disse que há 12 anos propugna a mesma medida e tem sido tomado por excêntrico ao defendê-la.

"Os extremos se encontram", comentou Lauro.

## Semana se encerra com sete projetos aprovados

Sete projetos de lei foram aprovados durante esta semana pelo plenário do Senado, e seis foram diretos à promulgação, enquanto o que determina a extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) voltou à Câmara, para exame das emendas feitas pelos senadores. Foi uma semana de muito trabalho também para as comissões. Projeto considerando o assédio sexual crime, punível com seis meses a dois anos de detenção, foi aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O plenário iniciou ontem a discussão em segundo turno da reforma da Previdência, que tem votação final marcada para a próxima quarta-feira, dia 8. Junto com o texto que passou em primeiro turno, será apreciado requerimento de destaque de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Maga-



Benedita: punição a assédio sexual

lhães, suprimindo privilégios da aposentadoria dos magistrados.

Embora o projeto sobre assédio sexual, de autoria da senadora Benedita Silva (PT-RJ), tenha sido votado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria poderá ser levada ao plenário. Jefferson Péres (PSDB-AM) anunciou que apresentará recurso nesse sentido, apoiado no Regimento Interno.

Também foi de caráter terminativo decisão da CCJ apro-

vando alterações na lei que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis - tais como os de aplicação bélica e de uso nas áreas nuclear, química e biológica - e serviços a eles vinculados.

Ainda nesta semana, a comissão destinada a prevenir os efeitos do "El Niño" encerrou seus trabalhos, apresentando, na quarta-feira (dia 1º), relatório final propondo diretrizes a serem seguidas pela Defesa Civil.

A CCJ marcou para a próxima terça-feira votação do parecer de Renan Calheiros (PMDB-AL) à proposta de emenda constitucional do governo prorrogando o FEF. A comissão decidiu também adiar a decisão de proposta de autoria de Antonio Carlos Magalhães que institui o serviço civil obrigatório, em virtude da anexação, para tramitação conjunta, de proposta assemelhada, de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS).

## CAE aprova crédito para ES

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, com emenda de Esperidião Amin (PPB-SC), parecer favorável a projeto de resolução do Senado que autoriza a prefeitura municipal de Linhares (ES) a contratar operação de crédito junto à CEF, no valor de R\$ 2,3 milhões, destinado à obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município.

A emenda de Amin estabelece que a operação de crédito só será autorizada depois que a prefeitura de Linhares encaminhar o plano plurianual à Câmara Municipal. A matéria vai agora a plenário.

O presidente da CAE, José Serra (PSDB-SP), acolheu pedido de vista formulado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Wilson Kleintjebing (PFL-SC) a projeto de Ney Suassuna (PMDB-PB)

que dispõe sobre a demonstração social das empresas, e a outro, de autoria de Waldeck Ornelas (PFL-BA), sobre incentivos fiscais diferenciados para a capacitação tecnológica no Norte e no Nordeste.

A CAE decidiu enviar à CCJ projeto de autoria de Flaviano Melo (PMDB-AC) que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos.



Miranda apresentará emenda

## Licitação para as compras do Exército

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) anunciou ontem, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que apresentará, em plenário, emenda exigindo concorrência pública para as compras do Ministério do Exército de itens que não sejam de segurança nacional, como capacetes e barracas.

Com isso, explicou o senador, a CAE terá de reexaminar duas solicitações de autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor total aproximado de US 613 milhões, destinados ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.

Miranda acha que a comissão terá, então, oportunidade de avaliar melhor a matéria, já que, assinalou, os senadores não tiveram tempo de analisar os documentos encaminhados pelo ministério a pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP).

Esperidião Amin (PPB-SC) lembrou que a lei já exige concorrência pública.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, entregou oficialmente ao seu colega da Câmara, deputado Michel Temer, o projeto com o fim do instituto, que deverá entrar na pauta semana que vem

# Fim do IPC agora é com a Câmara

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, entregou ontem ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, o projeto de lei que extingue o Instituto de Aposentadoria dos Congressistas (IPC) e os privilégios nas aposentadorias dos parlamentares, aprovado quarta-feira. Ele manifestou esperança de que o Congresso reveja a posição que manteve aposentadoria especial para magistrados na reforma da Previdência Social.

Antonio Carlos afirmou que "os senadores agiram com total imparcialidade e situaram a aposentadoria dos parlamentares em igualdade de condições com os demais servidores públicos". Ele acredita que este exemplo e o reconhecimento do valor desta atitude por parte da opinião pública poderá abrir caminho para que os congressistas recusem a manutenção de privilégios para os juizes.

O senador elogiou o espírito público e a eficiência dos

senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Beni Veras (PSDB-CE) e Nabor Júnior (PMDB-AC) como relatores do projeto que extingue o IPC e acaba com os privilégios na aposentadoria dos parlamentares, manifestando esperança de que tal espírito prevaleça também no caso dos juizes.

Michel Temer, por sua vez, anunciou a inclusão do projeto do IPC na pauta da Câmara da próxima semana e lembrou que "o Senado costuma aprovar sem mudanças todos os bons projetos que recebe da Câmara", em resposta à sugestão de Antonio Carlos de manutenção do texto aprovado no Senado.

Com relação a carta que recebeu do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, manifestando apoio de magistrados à decisão do Senado em primeiro turno, que manteve a aposentadoria especial para os juizes, Antonio Carlos declarou que a mensagem "não me comove e nem muda minha posição".

## FHC "está mal informado"

Antonio Carlos Magalhães também afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso está fazendo um bom governo "graças à colaboração do Legislativo" e repudiou as críticas feitas pelo presidente da República ao Congresso Nacional, no Chile. O senador entende que o presidente demonstrou estar mal informado, "e o presidente da República não pode estar mal informado".

Fernando Henrique queixou-se de que o Congresso algu-

mas vezes não sabia o que votava e, por outro lado, demorava em concluir as votações sobre as reformas constitucionais. A esse respeito, o senador voltou a destacar a qualidade e o volume da produção legislativa do atual Congresso. O presidente do Senado revelou que já sugeriu mais de uma vez ao presidente evitar temas domésticos fora do país. "Quando está fora do país, o presidente também parece ficar fora da realidade", observou.

## Morte de Caribé foi perda para todos

Antonio Carlos comentou ainda que a morte do pintor Caribé "é uma enorme perda para a Bahia e para todo o Brasil". Ele explicou que o compromisso de participar da recepção ao papa João Paulo II, em sua chegada ontem ao país, não lhe permitiu ir ao enterro do artista.



Ao lado de Michel Temer, presidente da Câmara, Antonio Carlos fala sobre a expectativa do Senado

## Osmar Dias esclarece autoria da emenda sobre os 30%

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), ex-relator na Comissão de Assuntos Econômicos do projeto de extinção do IPC, disse ontem, em plenário, que foi de iniciativa dos relatores, inclusive ele, a emenda que introduziu o redutor de até 30% nas aposentadorias de deputados e senadores, dentro do novo Plano de Seguridade Social dos Parlamentares. O senador manifestou-se surpreso com a imprensa, por ter atribuído a uma "determinação" do presidente do Senado a apresentação da emenda.

- Na terça-feira à tarde enviei fax à imprensa com o teor da emenda que iríamos apresentar em plenário, no dia seguinte. O presidente do Senado não exerceu em nenhum momento qualquer pressão sobre os relatores. Ao contrário, deu liberdade para que relatássemos de acordo com as nossas convicções - disse.

Conforme o senador, o noticiário da imprensa foi injusto

com os três relatores do projeto sobre o IPC - senadores Beni Veras (PSDB-CE), pela CCJ, Nabor Júnior (PMDB-AC), pela CAS, e ele próprio, pela CAE. Osmar Dias frisou que, ao receber a incumbência de relatar a matéria, estabeleceu como critério, por



Osmar: total independência

convicção, "igualar as aposentadorias de parlamentares com os direitos e regras do quadro geral dos servidores públicos".

Osmar Dias pediu que o *Jornal do Senado* fizesse correção de uma frase contida na edição de ontem, sobre o fim do IPC, onde se afirma que "emenda negociada entre o

presidente do Senado e as lideranças partidárias introduziu um redutor de até 30% nas aposentadorias". O senador disse que essa informação não é verdadeira, realirmando que a emenda é de iniciativa dos relatores.

Ele recebeu solidariedade, em aparte, dos senadores Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Jefferson Pêres (PSDB-AM) e Carlos Wilson (PSDB-PE), todos destacando a seriedade do seu trabalho e dos outros dois relatores sobre o IPC, senadores Beni Veras e Nabor Júnior. José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, assinalou que agências de notícias informaram, no final da tarde de terça-feira, que os relatores pretendiam apresentar a emenda com o redutor de 30% nas aposentadorias parlamentares.

## Elogio na CAE

Osmar Dias falou também na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos que as emendas ao texto propondo o fim do IPC já estavam prontas, "por iniciativa de três senadores que quiseram corresponder aos anseios de todos os senadores de apoiar tudo o que pudesse acabar com privilégios".

O presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP), aproveitou para elogiar o trabalho desenvolvido por Osmar Dias.

## Ministro do STJ manda carta a ACM

Carta enviada ao presidente do Senado pelo vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no exercício da presidência, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, foi lida durante a sessão de ontem, primeiro dia de discussão da reforma da Previdência, em segundo turno. Ribeiro informa que a ses-

são plenária do STJ expressou unanimemente apoio ao Senado por ter aprovado emenda, na reforma da Previdência, que permite à magistratura estabelecer aposentadoria diferenciada do restante do funcionalismo.

Durante a discussão da reforma da Previdência, o senador José Eduardo Dutra (PT-

SE), líder do Bloco Oposição, disse esperar que os líderes dos partidos que sustentam o governo librem suas bancadas, durante a votação da Previdência em segundo turno, porque o presidente da República crítico o Senado por sua decisão sobre a aposentadoria da magistratura.

Senador diz que bancos estrangeiros entram no país praticando os preços daqui, e não os dos seus países de origem

## Juros altos destroem crença no país, denuncia Levy Dias

O senador Levy Dias (PPB-MS) criticou ontem as altas taxas de juros cobradas no Brasil, apelando ao Legislativo para que realize um profundo debate sobre o assunto. Em sua opinião, "a agiotagem hoje é oficial e a brutalidade dos juros está destruindo a crença das pessoas no país".

Lembrando que já vem insistindo nessa questão há algum tempo, Levy Dias afirmou ter recebido manifestações de todo o país, sobretudo de pequenos e microempresários que enfrentam dificuldades para conseguir dinheiro de curto prazo.

- O custo médio desse di-



Levy: dinheiro a 218% ao ano

nheiro é de 218,43% ao ano. E, em razão desse custo, grande parcela da força de trabalho do país está trabalhando para os bancos, todo o suor do povo está sendo ca-

nalizado para os bancos - argumentou o senador.

Levy Dias entende que o fenômeno da globalização é irrelevante na questão de juros bancários. Como exemplo, disse que os bancos estrangeiros que compram instituições financeiras no Brasil começam imediatamente a cobrar os juros aplicados aqui e não os dos seus países de origem.

- Esses bancos não precisam fazer nada, não precisam investir um tostão com ninguém, não precisam gerar um emprego - observou o senador, criticando ainda o fato de que essas instituições investem nos títulos do governo sem correr nenhum risco.

## Amin quer globalizar as taxas bancárias

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) recorreu ontem a uma comparação entre os juros pagos por crédito pessoal na Inglaterra e no Brasil para destacar "a brutal desigualdade que permeia a globalização como fenômeno econômico, ensejando mais um exemplo da grande inferioridade com que o Brasil se lançou nesse processo".

Amin referiu-se a prospecto do Banco Westminster,



Amin: globalização geral

inglês, em que são oferecidos serviços de crédito pessoal a ser pago em 36 meses a uma taxa de juros de

11% ao ano. Ele acrescentou que, para um empréstimo de 7.100 libras, o devedor pagaria 36 prestações de 233,44 libras.

- Que tal globalizar também a taxa de juros? - sugeriu.

Em outro questionamento, Amin perguntou se os bancos estrangeiros que estão se instalando no Brasil praticam taxas de juros globalizadas ou "nacionalistas".



Wilson: satisfação à sociedade

## Falta de decoro com suspensão de mandato

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) apresentou proposta de emenda constitucional para que haja suspensão do mandato quando se abrir processo para apurar procedimento incompatível com o decoro parlamentar. A proposta dispõe que o parlamentar terá o mandato suspenso enquanto durar o processo e que, se julgado inocente, receberá de volta a remuneração relativa ao período de afastamento.

Ele justificou a iniciativa com a necessidade de o processo, nesses casos, tramitar sem a influência pessoal do acusado. Em sua opinião, nos termos de sua proposta de emenda, esse tipo de processo contra o comportamento indecoroso ensinará uma resposta imediata e objetiva do Legislativo à opinião pública. "no sentido de que o Parlamento repele e rejeita esse tipo de conduta".

Carlos Wilson argumentou que, assim como o servidor público no processo disciplinar pode ser afastado de sua função, o mesmo tratamento deve ser dado ao parlamentar, sobretudo agora, "quando se procura acabar com privilégios e prerrogativas funcionais, que a sociedade brasileira condena e repudia com a maior veemência".

O senador disse que cabe aos parlamentares afastar do Congresso qualquer suspeita de envolvimento com casos de corrupção. Até porque, no seu entender, "não há clima no país para retrocessos".

Carlos Wilson também elogiou a atuação do Senado nos últimos meses, lembrando os importantes projetos votados.

Suplicy: benefícios para um só

## Suplicy critica lei "reeleitoral"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou ontem que a lei eleitoral, aprovada no Congresso Nacional, beneficia os candidatos à reeleição. Em sua opinião, a legislação, que ele chamou de "lei reeleitoral", deveria coibir os possíveis privilégios dos atuais detentores de cargos executivos.

- Entretanto, isso não ocorreu. Pelo contrário, as poucas inovações beneficiam, ainda mais, os candidatos à reeleição. Em grande parte, a nova lei em nada modifica as anteriores, fato que reforça a tese de que esse novo projeto só veio para beneficiar os postulantes à reeleição, principalmente o presidente da República - disse.

Para Suplicy, o tratamento dado ao tempo de propaganda na televisão é uma das alterações favoráveis aos candidatos à reeleição, configurando um "dispositivo casuístico". Segundo ele, considerando que o presidente está na mídia diariamente, a redução de 60 para 45 dias de campanha prejudica os outros candidatos, que terão muito pouco tempo para divulgar sua plataforma eleitoral.

Outra crítica do senador à Lei Eleitoral é a limitação da campanha de rua a 90 dias, o que, a seu ver, impede que os candidatos de outros partidos, mesmo que já tenham sido escolhidos em convenção, façam sua propaganda. Suplicy também se manifestou contrário à falta de limites para os gastos eleitorais totais dos candidatos, à rejeição do financiamento público e à permissão do uso do avião presidencial para fazer campanha por parte do presidente.

## Ronaldo defende efeito vinculante em palestra no Recife

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) voltou a afirmar que a emenda constitucional de sua autoria que trata do efeito vinculante visa, antes de tudo, desafogar o Supremo Tribunal Federal (STF) e as demais instâncias, harmonizando a jurisprudência e facilitando o acesso à Justiça. Ele observou não ser mais possível ao STF continuar com uma carga de 30 mil processos anuais, sendo 85% deles sobre assuntos

idênticos.

A declaração de Ronaldo Cunha Lima foi feita no Recife, quarta-feira, em palestra para os dois mil participantes do Congresso Brasileiro de Direito Privado, Civil, Comercial e Trabalhista, promovido pelo Bureau Jurídico e Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

O senador recebeu a "Medalha Tobias Barreto", em reconhe-



Ronaldo: medalha no Recife  
cimento aos relevantes serviços prestados à Justiça. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que presidiu os trabalhos, disse que "Ronaldo Cunha Lima é um dos maiores conhecedores de Direito, no Congresso Nacional, e uma das mais expressivas lideranças políticas do Nordeste".

*Empresa pensa em transferir sua administração para o Maranhão, apesar dos incentivos de que goza no estado, denuncia o senador*

## Coutinho receia que a Vale só explore o Pará

O senador Coutinho Jorge (PSDB-AM) insurgiu-se ontem contra a possibilidade de a Companhia Vale do Rio Doce utilizar o Pará como área de atividade extrativista, levando os minérios para serem industrializados em outros lugares. Para ele, a empresa tem responsabilidade social com a região de onde faz extração mineral.

O senador se disse preocupado com o anúncio de que a Vale vai transferir de Belém para São Luís sua sede administrativa. Acrescentando a essa notícia o aviso, também oriundo da empresa, de que o projeto Cobre-Salobo não deverá mais ser implantado no Pará no prazo anteriormente previsto, Coutinho Jorge se disse inquieto com a possibilidade de que "as regras do jogo estejam sendo mudadas".

Ele afirmou que a notícia



Coutinho: alerta geral contra a Vale

sobre a transferência da direção da empresa para São Luís "caiu como uma bomba" sobre a população paraense. "Se isso acontecer, meu estado passará a ser apenas área de atividade extrativista, o que significará um retrocesso", argumentou, dando razão ao governador Almir Gabriel por estar apreensivo.

O senador informou que o governador está disposto a fazer retaliações, caso se confir-

mem os avisos. Lembrando que a extração mineral encerra prejuízos sociais, econômicos e ambientais para o Pará. Coutinho disse aguardar que a direção da Vale repense suas decisões.

O senador explicou que a região de Carajás é o maior complexo mineral do mundo e pregou a necessidade de um novo relacionamento entre essa estatal e a região amazônica, particularmente o Pará. A empresa, segundo ele, se beneficia de incentivos fiscais na Amazônia, com tarifas diferenciadas em ICMS e ISS e com a Lei Kandir, que desonerou as exportações.

O senador afirmou que os incentivos pesam sobre o povo paraense e que os recursos explorados não são renováveis. "Ficamos com os buracos e com as seqüelas econômico-sociais", lastimou.

## Nabor endossa queixas de empresário nortista

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem ao governo uma solução para a crise entre o BNDES e os empresários da região amazônica, insatisfeitos com o baixo nível de investimentos na região. Ele se referiu, principalmente, a documento da Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac), alertando que as lideranças industriais da região Norte "renunciaram ao BNDES" se persistirem as condições vigentes e a dificuldade de "conciliar a cultura do banco e as necessidades da realidade amazônica".

Nabor considerou preocupante o fato de o presidente da federação, João Albuquerque, assinar um texto tão contundente, que "representa um



Nabor: Norte apreensivo

grito de desespero e de inconformismo que precisa ser ouvido pelo governo".

Depois de relatar todas as "desculpas" dadas pelo BNDES para não atender pedidos de financiamento, o senador afirmou que o programa de investimentos sugerido pelos empresários amazonenses - Programa para a Amazônia Integrada - não custaria, em três anos, mais de 4% do que foi "queimado com o Proer e os bancos quebrados nos grandes centros econômicos do país".

Nabor Júnior reconheceu que a conclusão do documento dos empresários nortistas não poderia ser diferente de "uma renúncia digna, altaneira e consciente às miragens e promessas vãs com que a região vem sendo tratada".

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

7h - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre emenda de sua autoria que extingue o IPC

8h - Debate entre o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e a secretária de Saúde do Distrito Federal, Maria José Maninha sobre a Aids

9h - Sessão plenária (ao vivo)

Em seguida - A emissora sairá do ar para a substituição dos transmissores

19h30 - "Sete Dias na Política", com a participação do senador Waldeck Ornelas (PFL), que faz um balanço das votações de plenário desta semana, especialmente sobre o IPC (gravado)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h35 - "Senado em Pauta"

21h30 - "Fala Cidadão" - que responde as perguntas dos usuários do serviço 0800 61 2211

22h30 - "Sete Dias na Política", com a participação do senador Waldeck Ornelas (reapresentação)

23h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)

2h30 - Fórum de debates da Adesg sobre democratização e modernidade do sistema educacional brasileiro (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

8h45 - "Plenário em Revista"

9h - Sessão plenária

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

24h - Retransmissão da sessão plenária

SÁBADO

8h - Resenha da semana (plenário)

10h - Resenha da semana (plenário)

11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres"

15h - Resenha da semana (comissões/presidência)

16h - Programa "A Boa Música do Brasil"

22h - Programa "Século XX"

DOMINGO

8h - Resenha da semana (plenário)

10h - Resenha da semana (comissões/presidência)

11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)

15h - Resenha da semana (plenário)

16h - Resenha da semana (plenário)

17h - Programa "Século XX" (reprise)

22h - Programa "A Boa Música do Brasil" (reprise)

NOS INTERVALOS DA PROGRAMAÇÃO DO FIM DE SEMANA, O MELHOR DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA E NOTAS INFORMATIVAS



França: decisão na hora H

## João França comunica a troca do PMDB pelo PPB

O senador João França (PMDB-RR) comunicou à Mesa do Senado que está deixando o partido, pelo PPB. Pela nova Lei Eleitoral, termina hoje o prazo de mudança de filiação partidária para quem pretende se candidatar a algum cargo eletivo ou quem vem.

Por iniciativa de Lucena, o plenário aprovou ontem voto de regozijo pela presença do papa no país. Cabral, Suplicy, Patrocínio, Amin e Nabor saudaram o acontecimento

## Visita de João Paulo II ao Brasil motiva homenagem do Senado

Requerimento de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) para inserir em ata um voto de regozijo pela visita do papa João Paulo II ao Brasil foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. O papa chegou ontem ao Rio, para participar de um congresso em homenagem à família.

Lucena pediu que o voto de regozijo seja transmitido também ao cardeal Eugênio Sales, ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ao governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar.

O senador Bernardo Cabral



Cabral: "alta credibilidade"

(PFL-AM) apoiou a proposição, destacando que o papa "é uma das personalidades mais notáveis deste século" e sua terceira visita manifesta "alta credibilidade" na população católica do país.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que há uma grande expectativa em torno da terceira visita de João Paulo II ao Brasil, especialmente quanto a seu encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso e outros representantes da sociedade brasileira.

Eduardo Suplicy entende que recomendações feitas pelo papa em suas visitas anteriores "muito contribuíram para conchamar a sociedade brasileira a adotar a liberdade democrática e a continuar sua luta por direitos da cidadania".

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lembrou que as visitas do papa ao país sempre

trouxeram alegria, felicidade e momentos de reflexão para todos os brasileiros.

Em nome do PPB e em seu nome pessoal, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse que entre os vários aspectos que enaltecem a personalidade do papa está a sua "imensa contribuição para a valorização da família".

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que João Paulo II é um dos maiores estadistas do século, destacando que o papa sempre apoiou as liberdades, defendeu os pobres, os oprimidos e aqueles que são vítimas de violência em todo o mundo.



Patrocínio: preocupação

## Patrocínio cobra fluxo de recursos para Saúde

Carlos Patrocínio (PFL-TO) reclamou ontem da queda no fluxo de recursos para a Saúde, dizendo que há indícios de que esse setor viverá mais uma vez "um outubro negro" em suas dotações orçamentárias. Citando o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, ele apelou à equipe econômica do governo para que não deixe faltar esses recursos, mas se disse incrédulo.

— Peço aos ministros da área econômica que não deixem acontecer esse "buraco negro" em outubro, embora me pareça que esses ministros são mais sensíveis aos números da economia que às demandas sociais — disse.

Patrocínio mencionou matéria publicada na imprensa, segundo a qual o Conselho Nacional de Saúde detectou uma queda da ordem de R\$ 2,5 bilhões no fluxo de caixa do Ministério da Saúde. O próprio conselho teria acusado o governo de desviar recursos da CPMF para outras contas orçamentárias.

Na opinião de Patrocínio, se esses recursos não forem repostos, isso resultará em graves problemas, como falta de pagamento a médicos e outros empregados do setor. Como membro da Frente Parlamentar de Saúde no Legislativo, o senador se disse "extremamente preocupado".

## Boaventura apóia mutirão de Iris contra a violência

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) destacou a ação que vem desenvolvendo o ministro da Justiça, Iris Rezende, em prol do engajamento da sociedade num mutirão nacional contra a violência.

— Obter o apoio e a partici-



Boaventura: apoio a Iris

pação de todos na luta contra o contrabando e o tráfico de drogas e armas é um dos grandes desafios a que se propõe o ministro — disse o senador, apontando o cumprimento das decisões do Judiciário na reintegração de posse de propriedades invadidas como outra meta de Iris Rezende.

Albino Boaventura afirmou que será impossível para o ministro reduzir os conflitos e garantir a paz sem que haja uma harmonização entre as demandas sociais e o cumprimento da lei. Ele lembrou a onda de crimes envolvendo policiais militares e defendeu a recuperação da credibilidade das instituições policiais.

## Kleinübing participa de reunião do FMI

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) relatou aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) viagem que fez, por designação da Mesa do Senado, com a missão de acompanhar as autoridades monetárias brasileiras a reunião do FMI.

Kleinübing contou que as autoridades foram muito bem recebidas, que os banqueiros estavam "absolutamente tranquilos" com a situação brasileira, que o ministro Malan fez uma exposição clara sobre o momento econômico brasileiro no Fórum Brasil-Estados Unidos e que o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, participou de um debate com autoridades econômicas



Kleinübing: missão cumprida

da América Latina e da Ásia.

O senador Kleinübing disse que a grande questão debatida foram os choques especulativos. O presidente do FMI, contou o senador, deu detalhes sobre os problemas financeiros ocorridos recentemente na Tailândia.

## Comissão de Educação renova concessões de rádio

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável à renovação de concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em FM à Rádio Correo de João Pessoa, na capital da

Paraíba. A matéria foi relatada por Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Na mesma reunião, a comissão aprovou dois pareceres favoráveis à renovação de concessão para explorar ser-

viços de radiodifusão sonora em onda média à Rádio Monumental de Aparecida, em Aparecida (SP), e à Rádio Liberdade de Sergipe, em Aracaju. As matérias foram relatadas respectivamente pelos

senadores Gilberto Miranda (PFL-AM) e João Rocha (PFL-TO).

As três proposições acolhidas pela Comissão de Educação serão levadas à deliberação do plenário do Senado.